

**RE no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.185.251 - SP  
(2017/0259963-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE** : ELIANE DE FATIMA VARELA RAMOS  
**ADVOGADOS** : ALEXSANDRO VIEIRA DE ANDRADE - SP338821  
LARISSA CORDEIRO LESSA - SP346002  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : NEI CALDERON E OUTRO(S) - SP114904  
MARCELO OLIVEIRA ROCHA - SP113887  
SOLON MENDES DA SILVA - RS032356  
MAURÍCIO PEREIRA PRÉVE - SC015655  
CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI - SP122626  
**RECORRIDO** : ADVOCACIA BELLINATI PEREZ  
**ADVOGADO** : CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES E OUTRO(S) -  
PR019937  
**RECORRIDO** : SERVICO CENTRAL DE PROTECAO AO CREDITO - SCPC /  
BOA VISTA SERVICOS  
**RECORRIDO** : SERASA S.A  
**ADVOGADOS** : MARIA MERCEDES OLIVEIRA FERNANDES DE LIMA -  
SP082402  
ARNOR SERAFIM JUNIOR E OUTRO(S) - SP079797  
ROBERTA HERRERA - SP258829  
LUCIANA RICCI DE OLIVEIRA ROSA - SP262254  
RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - DF045892  
WALERIA MENDES MAGALHAES - SP366251  
ERICA HIROMI KAGA - SP314326  
IOLANDO DE GÓES SANTOS - SP376973

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS RECURSAIS. INTIMAÇÃO PARA A REGULARIZAÇÃO. INÉRCIA DA PARTE RECORRENTE. DESERÇÃO. PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA. VÍCIO FORMAL GRAVE. REQUISITO INDISPENSÁVEL. RECURSO NÃO ADMITIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por ELIANE DE FATIMA VARELA RAMOS, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 442):

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO

ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA.  
ART. 1.021, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.  
AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 458/482), sustenta a parte recorrente, em suma, que o acórdão rechaçado violou o artigo 5º, incisos XXXIV, XXXV, LV e LXXIV, e § 1º, da Constituição Federal.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 491/500 e 503/507.

Em despacho de fls. 513/514, determinou-se a intimação da parte recorrente para comprovar o pagamento do preparo ou realizar o recolhimento em dobro, bem como da recorrida SERASA S.A para regularizar sua representação processual.

A insurgente quedou-se silente, consoante certidão acostada à fl. 531.

Já a recorrida SERASA S.A apresentou petição, às fls. 519/530, acostando aos autos a devida procuração.

É o relatório.

**O recurso extraordinário não comporta admissão.**

Com efeito, observa-se que a insurgência foi interposta sem o devido pagamento das custas recursais, consoante certificado à fl. 483.

E, embora devidamente intimada para suprir a falta, a parte recorrente quedou-se inerte, não comprovando o efetivo recolhimento do preparo, conforme certidão juntada à fl. 531.

Assim, o recurso não pode ser admitido, porquanto deserto, nos termos do artigo 1.007, § 4º, do Código de Processo Civil.

Nesse sentido, vejam-se estes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
DESERÇÃO. RECOLHIMENTO EM DOBRO. INTIMAÇÃO.  
ARTIGO 1.007, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

**2. Não comprovado o recolhimento das custas devidas no momento da interposição do recurso especial, a parte recorrente, após intimação, deve promover o recolhimento em dobro, conforme disciplina o § 4º do artigo 1.007 do Código de Processo Civil de 2015.**

**3. Na hipótese, a parte recorrente efetuou o recolhimento simples dos valores devidos, o que acarreta a declaração de deserção do recurso.**

4. Agravo interno não provido".

(AgInt no AREsp 1288338/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/11/2018, DJe 16/11/2018)

"PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DE CUSTAS NO ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. ARTIGO 1.007, § 4º, DO CPC/2015. **INTIMAÇÃO PARA NOVO RECOLHIMENTO DO PREPARO. NÃO OBSERVÂNCIA DA COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO EM DOBRO. DESERÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO**".

(AgInt no AREsp 1263751/MA, Rel. Ministro PAULO DE TARSO

SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2018, DJe 29/10/2018)

Não bastasse a deserção do apelo extremo, verifica-se, *ad argumentandum tantum*, que a parte recorrente não se desincumbiu do mister de alegar a existência de repercussão geral da matéria a ser tratada no recurso, requisito formal indispensável à cognição do recurso extraordinário, à luz do que preconiza o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, bem como o art. 1.035, § 2º, do Código de Processo Civil, *verbis*:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

(...)

§ 3º No recurso extraordinário **o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral** das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

Art. 1.035. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo.

(...)

§ 2º O recorrente **deverá demonstrar a existência de repercussão geral** para apreciação exclusiva pelo Supremo Tribunal Federal.

Nessa senda, confirmam-se os seguintes precedentes da Suprema Corte:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. INTIMAÇÃO DO JULGADO RECORRIDO APÓS 3.5.2007. PRELIMINAR FORMAL DE REPERCUSSÃO GERAL: REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DA PRELIMINAR: IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO RECURSO. PRECEDENTES. VERBA HONORÁRIA MAJORADA EM 1%, PERCENTUAL QUE SE SOMA AO FIXADO NA ORIGEM, OBEDECIDOS OS LIMITES DOS §§ 2º, 3º E 11 DO ART. 85 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015, COM RESSALVA DE EVENTUAL CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA, E MULTA APLICADA NO PERCENTUAL DE 1%, CONFORME O § 4º DO ART. 1.021 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

(ARE 1.125.365 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 17/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-179 DIVULG 29-08-2018 PUBLIC 30-08-2018)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO EM 13.4.2018. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA.

1. Nos termos da orientação firmada nesta Corte, cabe ao recorrente

demonstrar de maneira formal e fundamentada a existência de repercussão geral da matéria constitucional em debate no recurso extraordinário, o que não ocorreu no caso em exame. Mesmo em caso de repercussão geral presumida ou reconhecida em outro recurso, é ônus do recorrente a demonstração da existência desse requisito.

2. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC.

(ARE 1.102.846 AgR, Relator: Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 10/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-170 DIVULG 20-08-2018 PUBLIC 21-08-2018.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente

